

Deputados regularizam a invasão da Estrutural

Projeto aprovado pela Câmara Legislativa cria a Vila Operária, onde deverão ser fixadas 2 mil famílias, segundo os critérios do Idhab

Karla Mendes
Da equipe do Correio

Depois de confrontos, armados e políticos, está chegando ao fim a polêmica sobre a invasão da Estrutural. Pelas mãos de seu maior protetor, o deputado distrital José Edmar (PMDB), a Câmara Legislativa aprovou, na prática, a regularização dos invasores — um dos maiores calos do governo Cristovam Buarque. Por 17 votos a favor e sete ausências, foi criada a Vila Operária, na região da Estrutural, com o apoio de deputados petistas. Agora, o projeto vai à apreciação do governador Joaquim Roriz, que deverá aprová-lo ou vetá-lo.

Depois da votação, o vice-governador, Benedito Domingos, foi ao plenário cumprimentar Edmar, que é o líder do governo. “Depois de oito anos discutindo e debatendo a questão dos moradores da Estrutural, finalmente estamos corrigindo uma injustiça”, comemorou José Edmar.

Segundo o distrital, serão fixadas no local 2 mil famílias que deverão seguir os critérios definidos pela Secretaria de Habitação e o Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab). Os chacareiros que ocupam o córrego Cabeceiro do Valo também terão direito à regularização. O último levantamento feito pela Associação de Moradores pró-Vila Operária apontava 2,8 mil moradores no local.

“Votei a favor porque essa proposta é sensata. Acho que é melhor negociar, para evitar o pior, que radicalizar numa posição política”, declarou o deputado Wasny de Roure (PT).

O projeto aprovado não detalha a

área ou a localização exata da Vila Operária. Prevê apenas que ela ocupará 20% do terreno previsto para o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) — situado entre a via Estrutural (DF 097), o Parque Nacional e a Estrada Parque Ceilândia. Os 80% restantes serão destinados à instalação de indústrias e comércio.

Para criar a Vila Operária, Edmar mexeu no projeto do SCIA, previsto no Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal (Pades) e no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), mas que nunca saiu do papel. Ele conseguiu que a Câmara mudasse o SCIA original, projeto acalentado por mais de duas décadas pelos empresários, e aprovasse o Setor Complementar Misto de Indústria e Abastecimento. Usando o termo misto, conseguiu incluir um núcleo habitacional num setor destinado à instalação de empresas.

O governador Joaquim Roriz ainda não decidiu se vai sancionar o projeto. “Vou fazer uma análise profunda para saber se isso é bom ou não para a cidade. Ele (José Edmar) está no seu papel, é um defensor daquela gente. Não pode é prejudicar a expansão econômica”, afirmou. Durante a campanha, Roriz disse que não regularizaria a invasão mas tentaria encontrar uma solução negociada para remover os moradores. Auxiliares próximos, no entanto, confirmam que o projeto de Edmar tem a sua benção e inspiração.

O SCIA é uma antiga reivindicação do setor industrial do Distrito Federal

e os empresários podem usar seu poder de fogo. “O Setor de Indústrias e Abastecimento (SIA) já foi ocupado inteiramente. O setor produtivo da cidade precisava de uma área para se expandir”, afirma o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Lourival Dantas. Para ele, o projeto tem o mérito de colocar um ponto final na questão. “O ideal seria que cem por cento da área ficasse com o

setor produtivo, mas é preferível oitenta por cento do que nada”, pondera o presidente da Fibra.

A aprovação da Vila Operária foi feita sem muito alarde, por meio de acordo entre os líderes partidários. A única opositora do projeto, a deputada Maria José Maninha (PT) deixou o plenário antes do início da votação. A bancada do PT foi liberada para votar o projeto da Vila Operária.